LEI Nº 1.321 - DE 15 DE OUTUBRO DE 1913
(DOE 23/10/1913)

Autoriza a concessão de títulos de propriedade sem indenização aos atuais ocupantes de lotes das colônias do Estado.

o Congresso Legislativo do Estado decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Governador do Estado autorizado a conceder títulos definitivos de propriedade, sem indenização alguma e nos termos da Lei nº 824, de 14 de outubro de 1902, aos atuais ocupantes dos lotes das colônias existentes no Estado, cuja administração e serviços não tenham sido transferidos às respectivas intendências municipais, de acordo com a Lei nº 738, de 7 de abril de 1900.

§ único - A mesma autorização prevalecerá em relação às colônias situadas em municípios, cujas intendências não tenham cumprido o acordo prévio a que se refere a citada Lei n.º 738, de 7 de abril de 1900.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

O Secretário de Estado de Obras Públicas, Terras e Viação assim o faça executar.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 15 de outubro de 1913.

ENÉAS MARTINS.